

# RELATO DE EXPERIÊNCIA

## Políticas públicas de educação de surdos em Santa Catarina

Deonísio Schmitt\*  
Flávia Joenck da Silva\*\*  
Rosani Casanova\*\*\*

### Breve histórico da educação de surdos em SC

Historicamente, a educação do surdo tem se apresentado como um grande desafio. Em Santa Catarina, o processo de educação de surdos surgiu na década de 1950 com serviços implementados na rede regular de ensino. Em 1968 foi fundada a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), órgão responsável pela política de educação especial no Estado. Em 1988 foi assegurado aos educandos com necessidades educativas especiais freqüentar a rede regular de ensino. Nesse contexto, foram implantadas as salas de recursos para surdos com o objetivo de dar suporte técnico-pedagógico, em horário complementar. O processo de educação de surdos teve poucos avanços tanto do ponto de vista acadêmico, quanto social-lingüístico. Entre 1988 e 1999, a FCEE desenvolveu um processo investigativo para avaliar a integração das pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular, sendo que os resultados foram negativos, entre eles, mencionamos a questão do preconceito, a falta de capacitação dos profissionais e a questão da língua de sinais brasileira. Dados recentes do IBGE computam em 178.000 surdos em Santa Catarina, no entanto, apenas 1650 alunos surdos estão devidamente matriculados na rede regular de ensino conforme dados da FCEE, nisto, percebe-se a urgência de um trabalho que

---

\* Acadêmico da 5ª fase de Pedagogia da UDESC

\*\* Acadêmica da 7ª fase de Pedagogia da UFSC

\*\*\* Acadêmica da 7ª fase de Pedagogia da UFSC

Os três acadêmicos trabalham com bolsa do CNPq no Grupo de Estudos Surdos/GES/NUCLEIND/ CED/UFSC

venha garantir a educação de surdos, bem como garantir o acesso ao conhecimento através da língua de sinais brasileira na rede regular de ensino, incluindo professores surdos. É importante ressaltar que o movimento organizado pela comunidade surda, através do Fórum em Defesa dos Direitos Surdos, tem como princípios reconhecer e estimular a concretização das prioridades estabelecidas por essa comunidade, garantindo a autonomia dos grupos – surdos, pais, professores, profissionais e intérpretes, promovendo, assim, o seu bem estar. Para tanto, definiram como objetivos congregar as representações dos surdos no ensino de Santa Catarina; propor e acompanhar as políticas públicas no Estado e encaminhar as prioridades da comunidade surda aprovadas pelo Fórum de Santa Catarina. O Fórum junto à comissão instituída pela portaria P/11541/SED, de 18/08/2000 da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina definiu algumas diretrizes e ações para a educação de surdos e organizou um documento com representante de diferentes órgãos e grupos surdos para redimensionar a política educacional de surdos. Nesse sentido, o objetivo foi propor uma educação de qualidade que lhes permita o exercício pleno da cidadania. A comunidade surda, pais e os profissionais que trabalham com surdos procuram romper com os atuais referenciais, colocando um novo campo teórico denominado de Estudos Surdos em Educação aproximando o conhecimento aos discursos produzidos pela comunidade surda.

## **A educação de surdos em Santa Catarina: novos olhares**

### **Breve discussão sobre a inclusão**

A política da inclusão tem por objetivo promover a educação para todos. Conforme Quadros (2003) “todos” significa incluir todos, mas na palavra todos há uma subdivisão que caracteriza os surdos, que também são todos, mas que se diferenciam por representarem um grupo que usa a língua de sinais como língua de interação. No entanto, a política de inclusão, que supõe a exclusão, acaba por não reconhecer este diferencial. Assim, o Estado, ao garantir a educação para todos sem garantir o acesso aos conhecimentos e a interação entre os pares surdos e os outros, através desta língua acaba por fortalecer ainda mais o processo de exclusão. Não se pode falar de inclusão de surdos no ensino regular sem se pensar na questão da língua e no encontro surdo-surdo.

A Constituição Federal de 1988 no seu capítulo II, artigo 208 inciso III diz que é dever do Estado com a educação a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, principalmente na rede regular de ensino.

A partir da Declaração de Salamanca e da Nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a inclusão passou a ser estudada fazendo parte do vocabulário de muitos profissionais da educação especial no Brasil, mas mesmo com leis sendo aprovadas, as dificuldades se mantêm, pois percebem-se lutas constantes entre educadores, educandos e familiares.

## **Inclusão na perspectiva surda**

A educação de surdos é um espaço onde se produzem e reproduzem táticas e estratégias de naturalização dos surdos em ouvintes, pois a surdez é disfarçada, e quando o fracasso da escola especial aparece, surge a opção da escolha inclusiva.

Pensar em uma política de inclusão, requer a participação dos surdos para nos apontar o que significam diferenças e como precisam ser consideradas. Uma política reconhecedora das diferenças deve ser construída através das perspectivas dos diferentes. Infelizmente como a elite dominante é quem decide, acaba aprovando leis contrárias ao que os surdos pensam em relação à educação do surdo. Isso é o que acontece na inclusão do surdo no ensino regular: um problema atual, tanto para os surdos como para seus professores, devido à falta de comunicação dos alunos surdos na escola, bem como a falta de contatos com seus pares, nas interações com alunos ouvintes e professores específicos das disciplinas.

Para a concepção dominante, o professor deve proporcionar e desenvolver formas de trabalhos que façam com que o surdo aprenda no meio dos ouvintes, no entanto, o fracasso escolar, procedente desta ideologia dominante, pode prejudicar o relacionamento do surdo com ouvintes, provocando uma crise grande, possivelmente devido a substituição da língua de sinais pela língua oral em sala de aula.

Os surdos tem direito a passar por um processo educativo natural que valorize sua identidade enquanto surdo. Isto tudo só é possível em uma escola de surdos. (SKLIAR, 1998, p.190)

A inclusão é um processo difícil, pois estando dentro de uma sala com ouvintes e aprendendo a língua oral, dificuldades e barreiras são previsíveis no percurso escolar, já que não há uma língua comum. Para muitos surdos, sua inclusão pode trazer riscos de injustiça e diferenciação entre eles próprios, podem, portanto, sentir-se ainda mais excluídos. Hoje, a comunidade sur-

da, os pais e profissionais que trabalham com surdos em Santa Catarina, buscam romper com os atuais referenciais.

## **As propostas pedagógicas**

Para que se elaborem proposições políticas para uma nova estrutura de educação de surdos é preciso considerar a experiência visual dos surdos na construção e no acesso ao conhecimento.

Esse movimento permite novos olhares sobre a surdez e propicia um embate fecundo nas relações de saber e poder entre surdos e ouvintes, no campo lingüístico social e cultural.

Nesta perspectiva, a língua de sinais passa a ser o foco na constituição do sujeito surdo. E é nessa aproximação com o mundo surdo que o Fórum dos Direitos dos Surdos buscou levantar os principais elementos para estruturar a educação de surdos em Santa Catarina, vejamos a proposta:

- a) Proposta de encaminhamento de um novo texto da Lei 11.385 ao executivo para o reconhecimento da língua de sinais em Santa Catarina;
- b) implantação de uma nova proposta de educação de surdos em Santa Catarina;
- c) formação de recursos humanos como prioridade do processo;
- d) consideração a realidade local;
- e) utilização da língua de sinais no processo ensino-aprendizagem;
- f) estruturação dos espaços:

Escola de surdos

Escola de ouvintes com sala de surdos

Sala mista com intérprete de língua de sinais

A seguir, por ordem de prioridade, estão as estruturas que poderão fazer parte da educação de surdos em Santa Catarina conforme a necessidade da região:

- a) A criação do Centro de Referência para Educação de Surdos em Santa Catarina;
- b) formação de profissionais para o Estado de Santa Catarina;
- c) criação da central de intérpretes;
- d) educação de jovens e adultos surdos com educação profissional;
- e) educação infantil;
- f) ensino fundamental;
- g) ensino médio;

- h) criação de turmas de surdos em escola de ouvintes;
- i) sala mista com apoio pedagógico extra-curricular;
- j) elementos básicos para o ingresso e permanência do surdo nas universidades.

Diante dessas informações, percebe-se que os estudos em relação aos surdos estão cada dia mais representados nas propostas de educação, priorizando, assim, sua língua: a língua de sinais. Com isso novos olhares são lançados sobre a surdez e nas relações de saber e poder entre surdos e ouvintes no campo lingüístico, social e cultural determinando um futuro mais feliz para os surdos brasileiros.

## Referências

QUADROS, Ronice M. de. *Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão*. Florianópolis, mimeografado 2003.

\_\_\_\_\_. *Proposituras para a educação de surdos em Santa Catarina: uma leitura em construção*. Fórum em Defesa dos Direitos dos Surdos, de 24/02/2003.

SANTA CATARINA. *Diretrizes e ações para a educação de surdos em Santa Catarina*. Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina comissão instituída pela Portaria P/11541/SED, de 18/08/2000.

SKLIAR, Carlos A. *Surdez: Um olhar sobre as diferenças*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

Recebido em 09/05/2003  
Aprovado em 15/06/2003

---

Deonísio Schimitt  
Rua: Prefeito Reinaldo Alves, 773. Passa Vinte  
88132-002 - Palhoça-SC  
deonisoschimitt@yahoo.com.br

Flávia Joenck da Silva  
Av. Lédio João Martins 830 - apto 404 -  
8810-101 Kobrassol- São José  
flaviajoenck@yahoo.com.br

Rosani Casanova  
Rua: Córrego Rodolfo Machado 1854 Bairro Rio Caveiras -  
88 166-000 - Biguaçu SC  
rosani\_casanova@yahoo.com.br